

Gianpaolo Knoller Adomilli

AS CEBOLAS, OS PEIXES E OS CAMARÕES: dinâmica cultural das práticas de trabalho e processos de territorialização de pescadores do litoral sul do RS

RESUMO

Este artigo aborda a dinâmica cultural das práticas de trabalho bem como os processos de territorialização, relativos às formas de viver e habitar em um povoado pesqueiro do litoral sul do Rio Grande do Sul, Brasil. A partir de uma pesquisa etnográfica, busca se refletir sobre a configuração étnica cultural da região enquanto prática criativa e de resistência, desta forma articulando a questão da herança cultural com a dinamicidade do modo de vida.

PALAVRAS-CHAVE: práticas de trabalho; pescadores; processos de territorialização.

ABSTRACT

This article introduces ethnography of the cultural dynamics of working practices in a fishing village on the south coast of Rio Grande do Sul, Brazil, as well as the territorial processes relating to local fishermen's ways of living and dwelling. Therefore, it aims to reflect on the cultural ethnic configuration of the region researched as a creative practice and resistance, linking the maintenance of cultural heritage with a dynamic way of life.

ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. As cebolas, os peixes e os camarões: dinâmica cultural das práticas de trabalho e processos de territorialização de pescadores do litoral sul do RS. *Tessituras*, Pelotas, v. 4, n. 1, p. 259–279, jan./jun. 2016.

KEYWORDS: working practices; fishermen; territorial processes.

Este artigo aborda a questão da territorialidade de grupos e coletivos pesqueiros que vivem e habitam no litoral sul do Rio Grande do Sul, mais especificamente na região que compreende uma restinga, entre o Oceano Atlântico e o estuário da Lagoa dos Patos¹. Trato aqui de alguns processos de (des-re) territorialização de grupos e coletivos pesqueiros dessa região, principalmente aqueles que habitam município de São José do Norte², destacando alguns contextos de conflitos socioambientais desencadeados pela expansão urbano-industrial sobre a faixa litorânea, bem como pelo crescimento do mercado da pesca. Tais questões apontam para a situação atual de riscos relativos à duração no tempo do modo de vida dessas populações, articuladas à dinâmica das transformações sociais, políticas e econômicas que ocorrem na região.

Entendo como processos de territorialização, as formas de viver e habitar de grupos humanos, de acordo com sua configuração cosmológica. Trata-se de uma relação com a ideia de práticas de trabalho consideradas “tradicionais” enquanto formas criativas e de resistência cultural.

Apresentarei um breve contexto da difusão cultural na região, envolvendo a relação com os espaços terrestres e marítimos, com ênfase na mobilidade e cultura de grupos que apresentam uma dinamicidade no modo de vida relacionada à transmissão, difusão e incorporação de conhecimentos nas práticas de trabalho.

A PAISAGEM HUMANA DE PESCADORES E CEBOLEIROS E A DINAMICIDADE DO MODO DE VIDA

Conforme demonstrado em trabalhos anteriores (ADOMILLI, 2009; ADOMILLI et al, 2012), a atividade pesqueira e a agricultura fazem parte do cotidiano de trabalho, seguindo o ritmo das safras de peixes, do camarão e do cultivo da cebola no município de São José do Norte. Dentre as práticas

¹ Boa parte das reflexões e dados etnográficos deste trabalho foi colhida de minha tese de Doutorado sobre comunidades pesqueiras de São José do Norte (ADOMILLI, 2007) e trabalhos anteriores sobre os pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe (ADOMILLI, 2004 e 2006).

² São José do Norte localiza-se na restinga que compreende também os municípios de Tavares e Mostardas.

agrícolas, o cultivo da cebola consiste na principal atividade. Por vezes, esta atividade, dependendo das estações do ano, articula-se à pesca, principalmente a captura do camarão, que adquire maior valor comercial do que as demais atividades. Já a pesca é praticada por famílias residentes ao longo das praias do Oceano Atlântico e do estuário da Lagoa dos Patos, em pescarias de beira de praia, em pequenos caíques; em botes/canoas motorizadas, no estuário da lagoa dos Patos, e em barcos, que atuam na zona costeira do Atlântico.

As fronteiras entre essas práticas de trabalho se apresentam de forma porosa: entre as diferentes pescarias (lugares e equipamentos/tecnologias) e entre a pesca em geral e as práticas agrícolas (cebola). Os grupos humanos envolvidos nessas práticas apresentam certa convergência na ordem dos valores sociais, sobretudo pela proximidade e articulações na ordem do parentesco e redes/relações de reciprocidade, características de uma comunidade de trabalho. Tal porosidade, ou mistura, entre esses grupos apresenta também a questão da alternância ou migração de atividades entre um e outro, como nos elucida a constatação de que grande parte dos embarcados ingressou na pesca em pescarias na Lagoa dos Patos e/ou na pesca de beira de praia na costa oceânica, enquanto que outros migraram da agricultura para a pesca. Trata-se de um universo que apresenta relações sociais envolvendo essas atividades e que dizem respeito à dinamicidade do modo de vida nessa região, articulando as imposições das transformações globais relativas a processos de avanço urbano-industrial e as reconversões culturais que esses grupos realizam em suas práticas tradicionais.

A industrialização e urbanização nas regiões costeiras brasileiras (a qual envolve, entre outras coisas, intensificação da especulação imobiliária, das atividades portuárias e da pesca “predatória”, entendida aqui como pesca em larga escala com grande descarte de pescado) vêm, sobretudo a partir do final da década de 1960, desencadeando uma série de impactos e conflitos socioambientais. Do mesmo modo, obrigados a vivenciar e a enfrentar constantes processos de desterritorialização e reterritorialização, vários grupos sociais que vivem nestas áreas foram forçados a elaborar complexas reconversões culturais, visto que tais processos desencadearam, muitas vezes, uma aguda desestruturação na forma como originalmente haviam se organizado econômica e socialmente.

No caso específico do município de Rio Grande, cidade vizinha a São José do Norte, considerado o maior polo industrial pesqueiro do Rio Grande do Sul, este foi palco da fundação de diversas indústrias pesqueiras a partir da década de 1960 (MARTINS, 2002), introduzindo equipamentos e apetrechos de pesca modernos. Neste município o processo de modernização está ligado ao mercado da pesca, mas principalmente à expansão portuária, o que implica, por sua vez, dentre outros riscos

ambientais (como é o caso da prospecção de petróleo e construção de plataformas marítimas), a ameaça constante de acidentes com vazamento de cargas com produtos tóxicos.

No Brasil, o processo de consolidação da indústria da pesca, amplamente incentivada pelo governo federal, ocorreu principalmente durante a década de 1970, através de políticas de incentivos fiscais para modernização da pesca, sobretudo no financiamento de barcos cada vez maiores e mais potentes (DIEGUES, 1983). Em São José do Norte esse processo ocorreu de forma efetiva, através da pesca embarcada, a partir década de 1980. Contudo, não se trata exatamente de um processo de transição da pesca em botes/canoas para a embarcada, como se poderia supor. Sem negligenciar essa questão, este artigo se dedica às articulações entre essas pescarias e a importância/continuidade da pesca em botes/canoas motorizadas. Considero o fato de muitos pescadores alternarem essas atividades, de acordo com a sazonalidade da pesca (e do cultivo de cebola). Portanto, localmente, a consequente tensão entre uma lógica de produção tradicional e outra mais voltada para o mercado, neste caso se apresenta enquanto uma articulação regida pela mobilidade em busca das safras. Neste sentido, a safra do camarão na Lagoa dos Patos consiste em um evento que combina um período de baixa produtividade da pesca embarcada com a possibilidade de mais ganhos com o camarão nas pescarias de botes/canoas. Esta ocorre durante os meses de verão, quando grande parcela dos embarcados retorna à lagoa para esta safra. Na pesca embarcada, as principais safras são a da anchova e a da corvina, que ocorrem, respectivamente, durante os meses do inverno e da primavera. Durante os meses de verão, apenas alguns barcos, justamente aqueles que são mais equipados e com maior tonelagem, mantêm a sua tripulação, dedicando-se à pesca de espécies demersais, realizada em áreas mais distantes da costa.

Em relação à atividade pesqueira, tanto nos grupos que a praticam em botes e canoas, quanto naqueles dos barcos, destaca-se o conhecimento acerca das pescarias. Este é transmitido oralmente de uma geração à outra, bem como através do acompanhamento do trabalho, de acordo com os laços de parentesco que regem essas atividades.

Juntamente com esses aspectos centrais, as práticas de trabalho tradicionais relativas ao modo de vida estão ligadas a um saber naturalístico com base nas experiências concretas que são transmitidas geracionalmente e do qual as novas gerações incorporam novas experiências. São atividades que se caracterizam por sua sazonalidade e, em certa medida, em uma condição de dependência em relação à natureza, sobretudo no que se refere às condições climáticas. No que tange ao tempo da pesca, isto implica pouco controle sobre os fenômenos naturais. A relevância dessas condições que atuam na atividade, mesmo que não sejam

completamente determinantes, formam um conjunto de processos que influenciam as relações entre homem e natureza, particularizando as formas de apropriação humana.

Além dos deslocamentos em função das safras de peixes, observa-se que uma parte dos moradores da região trabalha como diaristas na safra da cebola, caracterizando uma sazonalidade que também envolve as safras agrícolas, envolvendo o plantio e a colheita.

Há ainda alguns grupos que, como foi mencionando anteriormente, alternam as atividades de pesca e agricultura, de acordo com um calendário específico dessas atividades.

Neste sentido, observa-se uma mistura entre esses grupos em suas práticas de agricultura e pesca, incorporada no âmbito das relações tradicionais de parentesco, solidariedade e reciprocidade, bem como em relação a sua sazonalidade. Além dos deslocamentos das pessoas, é importante mencionar as “festas de santo”. São festas religiosas que ocorrem em diversas localidades e consistem em eventos importantes para esses grupos, uma vez que esses encontros reafirmam os laços locais, fortalecendo internamente as comunidades, ao mesmo tempo que produzem um elo entre os diversos povoados da região. Existem várias festas religiosas no interior do município. Em cada vilarejo, ocorre uma festa de Santo durante o ano. São eventos que permitem uma integração entre as pessoas que fazem parte de algum povoado, bem como os parentes e amigos que vem de lugares próximos. Juntamente com os deslocamentos sazonais, as festas religiosas são importantes para os casamentos entre os membros desses povoados, ampliando as alianças de parentesco.

Em relação aos conhecimentos desses grupos, é importante destacar a arte do saber-fazer, que diz respeito ao aprendizado dos filhos de pescadores de botes/canoa, mas também de pescadores-agricultores. Entre eles, o aprendizado e inserção no âmbito pesqueiro ocorrem ainda quando crianças, no envolvimento familiar, implicando na lida diária com as pescarias na beira da lagoa. Essa perspectiva aproxima-se do observado por Simone Moutinho Prado em “Da anchova ao salário mínimo” (2002), onde o reconhecimento ao profissional tradicional relaciona-se àqueles que se inserem dentro do modo de vida local e de saber pescar, ou ainda, de viver da pesca e obter o reconhecimento coletivo deste fato.

Dessa forma, o conhecimento é passado de uma geração para outra. Dentre aqueles que apresentam uma trajetória de práticas de agricultura mais distanciadas da pesca, a introdução à atividade ocorre na passagem para a fase adulta. São adolescentes que começam a trabalhar como proeiros em botes para ganhar algum dinheiro, principalmente na safra do camarão. Alguns encontram no trabalho do bote/canoa uma forma de

obterem uma relativa independência econômica e constituição de suas próprias famílias.

A ATIVIDADE PESQUEIRA E A DIFUSÃO CULTURAL ENTRE AÇORIANOS, CATARINENSES E AFRODESCENDENTES

Considerando a existência de populações ou coletividades que habitam essa região e apresentam práticas tradicionais de viver e trabalhar, é possível uma definição a partir da categoria “trabalho”, no qual esses grupos são designados como pescadores artesanais (marítimos e/ou ribeirinhos); já se o corte seguir um viés étnico são nomeados como açorianos e afrodescendentes.

Os povoados dessa região caracterizam-se por estabelecer fortes redes sociais baseadas em relações de parentesco e reciprocidade (ADOMILLI, 2006, 2007 e 2009). Tais grupos praticam a pesca visando, sobretudo, garantir sua sobrevivência econômica, reprodução social e herança cultural. Além disso, mesmo no caso de agrupamentos humanos para os quais a atividade pesqueira não é central economicamente, há uma relação singular e intrínseca entre suas visões de mundo, o ambiente aquático, o modo como ressignificam este último e se apropriam dos recursos disponíveis.

A região é formada etnicamente por pescadores “açorianos”, afrodescendentes e ainda uma parcela significativa de imigrantes portugueses e seus descendentes, esta mais concentrada no núcleo urbano de São José do Norte. Em relação a estes últimos, a maior parte deles é formada por pescadores aposentados. São os remanescentes da última geração saída de Póvoa do Varzim que se estabeleceu na região – em um fluxo migratório que durou entre fins do século XIX e meados do século XX – e que antecede uma gama de velhos pescadores da lagoa que ainda estão na ativa. São seus descendentes, muitos dos quais mantêm o escudo português pintado em seus botes e canoas. H. Bunse (1982, p. 86-87) descreveu-os em 1959, quando eles ainda dedicavam-se às pescarias, reunidos na doca e nas praias do entorno, saindo em canoas a remo (parelhas) ou em pequenas embarcações a vela.

De modo geral, os poveiros concentraram-se no Rio de Janeiro, onde formaram comunidades de pescadores, sendo que, posteriormente, uma parte deles se transferiu para outras regiões do país, destacando-se as cidades de Rio Grande e de São José do Norte. Esses pescadores atuavam no estuário da Lagoa dos Patos e no litoral do Oceano Atlântico através do

sistema de parelhas – embarcações a remo e munidas de redes, que operavam com um grande contingente de homens.

Portadores de uma longa experiência pesqueira, eles introduziram novas técnicas de captura e um processo produtivo mercantil na região, passando a organizar uma pequena produção destinada ao porto de Rio Grande. O peixe era salgado, inicialmente, para consumo próprio, sendo que alguns desses imigrantes adquiriram capital suficiente para criarem as salgas e comercializarem o pescado, que então passou a ser exportado para a região sudeste do Brasil, em um processo de consolidação das indústrias de conservas de peixes, através do abastecimento do mercado nacional. As indústrias de conservas de peixes e sua exportação para a região sudeste do Brasil ainda no século XIX foram observadas por H. V. Ihering (2003). Segundo Martins (2002, p. 4), além dos pescadores poveiros, o desenvolvimento da atividade pesqueira atraiu outros imigrantes portugueses, portadores de recursos que se tornaram investidores da pesca, gerando transformações que levariam à formação de um parque industrial pesqueiro em Rio Grande.

Trata-se de um processo complexo de transformações da atividade pesqueira, a partir do qual foram ocorrendo estratégias de integração e difusão cultural entre os pescadores poveiros, os nativos da região (açorianos e afrodescendentes) e os pescadores catarinenses (também açorianos). No começo, a relação entre os poveiros e os pescadores nativos, inicialmente descendentes dos açorianos, era de pouco contato.

Entre os poveiros, formou-se uma comunidade étnica de trabalho, predominando os casamentos endogâmicos enquanto forma de manutenção de suas tradições, caracterizando uma comunidade bastante coesa. Tal situação começou a se alterar devido à conjuntura de desenvolvimento da atividade pesqueira na região, com uma maior penetração do mercado e da indústria, associada ao fim da migração desses pescadores para o Brasil. Nesse contexto, surgiram pescadores catarinenses, que passaram a se deslocar do litoral de Santa Catarina para esta região, a partir da década de 1940, atrás das safras de peixes que vinham do sul. A dificuldade em dar continuidade às parelhas levou os portugueses a empregarem principalmente os pescadores catarinenses, que surgiam em grupos cada vez maiores. O problema da falta de pessoal e a relação com os catarinenses acabaram desestruturando as parelhas portuguesas, que foram dando lugar às “parelhas dos catarinas”, em maior número e composta por menos homens (RODRIGUES JUNIOR, ORLANDO e RUANO DA SILVA, 1989).

Através dos deslocamentos ao longo do litoral do Rio Grande do Sul, muitos desses pescadores acabaram se estabelecendo na região em virtude dos casamentos com mulheres nativas, o que favoreceu uma maior integração com a população local, formada majoritariamente por

agricultores e pescadores-agricultores. Estes dedicar-se-iam à pesca, interagindo com os portugueses e catarinenses, principalmente em razão do processo de esvaziamento humano da zona rural e sua consequente concentração nas cidades mais próximas.

No litoral de Santa Catarina a expansão urbana, sobretudo de Florianópolis, impulsionada pela especulação imobiliária decorrente do turismo, gerou a desapropriação de uma série de comunidades de pescadores-agricultores de origem açoriana, que passaram a se dedicar exclusivamente à pesca. A intensidade desse processo acabou por desorganizar o modo de vida dessas comunidades, baseadas em práticas tradicionais de trabalho, com determinadas regras de ocupação dos espaços de pesca na faixa litorânea. O excesso de pescadores gerou conflitos e disputas por esses espaços. As inovações tecnológicas e a ampliação do mercado pesqueiro em Santa Catarina também levaram a uma intensificação da atividade. Como estratégia de sobrevivência, boa parte desses pescadores foi se deslocando de praia em praia, em movimentos sazonais para o Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro (DIEGUES, 1983).

Em seus estudos sobre os pescadores na Lagoa da Conceição – SC, a antropóloga Carmem Rial (1988) constatou que, além da territorialidade marítima local, aqueles pescadores também apresentavam uma relação territorial com os mares de outras regiões. Baseada nos depoimentos dos pescadores da Lagoa da Conceição, Carmem Rial relata como eram as viagens ao “mítico mar de Rio Grande”, cujo meio de transporte até a década de 1940 era o vapor, sendo que depois, com as estradas de rodagem, passou a ser utilizado caminhões que percorriam a atual BR-101 até o litoral norte do RS, quando passavam a usar uma faixa de areia na praia como caminho até São José do Norte (RIAL, 1988, p. 70).

Segundo Diegues e Arruda (2001), a faixa do litoral de Santa Catarina do Rio Grande do Sul é ocupada por comunidades de descendentes de imigrantes das ilhas dos Açores, da Madeira e portugueses continentais, que se estabeleceram no século XVIII e passaram por miscigenação com índios e negros³. Tais comunidades caracterizam-se

³ O contato com remanescentes dos indígenas supõe um processo de readaptação das técnicas de captura na pesca local e da absorção do conhecimento nativo sobre o ambiente biofísico da região por parte dos colonos açorianos. Antes da chegada dos colonizadores, populações indígenas praticavam a caça e o extrativismo na região, destacando-se a pesca no estuário da Lagoa dos Patos (IHERING, 2003; KERN, 1994). As incursões dos bandeirantes e militares, assim como as guerras de fronteira que ocorreram na região, desencadearam um processo de ocupação no qual a maior parte dessas populações foi dizimada. Uma parcela foi incorporada pelos colonizadores, principalmente como mão de obra no trabalho de salga das charqueadas (NIERDELE e GRISA, 2006). Em relação a população negra, os descendentes dos escravos permaneceram nas terras de seus antigos patrões, tornando-se agricultores (BUNSE 1982, p. 64). Foi somente no final da década de 1970, com a crise da cebola e o processo de

pelas práticas tradicionais de pesca e agricultura. Portanto, a faixa litorânea que atravessa os dois estados caracteriza um território que apresenta determinada configuração étnica e cultural, bem como remete às rotas da imigração portuguesa do século XVIII, rearticulada através da atividade pesqueira.

Na metade sul dessa península onde situam-se os municípios de Tavares, Mostardas e São José do Norte, a condição de relativa insularidade e a influência da colonização açoriana foram determinantes para que a pesca, a pequena agricultura e o cultivo da cebola se tornassem as principais atividades econômicas.

Paralelamente, no campo, desde o século XVIII, a contribuição dos açorianos à produção agrícola na região revelava uma produção diversificada, com destaque para a comercialização do trigo, até meados do século XIX. Com declínio da produção de trigo, a produção de cebolas, que apresentava bons resultados no solo arenoso, passou, gradativamente, a ocupar o cenário agrícola local. A fase de modernização da agricultura no Brasil, a partir do final da década de 1960 – caracterizada pela modernização, sobretudo através da utilização de maquinário e de agrotóxicos – incentivou o plantio da cebola, uma atividade que já era tradicional, só que em larga escala. A monocultura, em detrimento da agricultura familiar mais diversificada, favoreceu a concentração fundiária, tendo sido determinante para o processo de êxodo rural. A saída encontrada frente à penúria no campo foi o deslocamento de famílias inteiras para o núcleo urbano de São José do Norte. Os homens empregavam-se na pesca como proeiros, uma vez que, no sistema de parselhas, surge o dono da parselha, o mestre e os proeiros. Estes últimos são pescadores sem posse dos instrumentos de trabalho. Muitas mulheres eram empregadas nas salgas, fornecendo mão-de-obra para o parque industrial pesqueiro que se formou na região.

O processo de vinculação da pesca artesanal ao mercado é narrada pelos pescadores veteranos enquanto referência a uma “idade de ouro” da pesca, cuja produção de camarão e peixes era incrivelmente superior à capacidade de aproveitamento local. Nem as salgas – que trabalhavam a noite inteira – e tampouco a distribuição de grande quantidade de peixes e camarões entre as pessoas da comunidade impediam que toneladas fossem jogadas fora (ou utilizadas como adubo, principalmente para as plantações de cebolas), visto que não havia tecnologia para conservação do pescado. Por outro lado, o processo de decomposição rápida do peixe fazia com que os pescadores vendessem sua produção a valores irrisórios para as salgas.

Na beira das praias do canal, antes áreas bastante vastas, consideradas fora da cidade, formaram-se pequenas vilas de pescadores,

expansão da pesca local, que essa população negra começou a se inserir efetivamente na atividade pesqueira.

assim como na costa do oceano, em locais onde se cria um vínculo com as pessoas oriundas do campo, que aparecem para ajudar nas pescarias, em troca de peixe. O processo de abandono da agricultura em direção à pesca assemelha-se ao ocorrido no litoral de Santa Catarina. Contudo, ao invés da expansão urbana, aqui o elemento determinante parece ter sido modelo de desenvolvimento agrícola, mais especificamente na monocultura da cebola e, nas regiões vizinhas, na monocultura do arroz no modelo das estâncias com criação de gado, levando à questão da concentração de terras. No entanto, para além do impacto causado pela modernização da agricultura, a questão do abandono do campo não pode negligenciar o problema da “falta de terras” para o crescente aumento da população rural.

A questão da herança da terra nas famílias nucleares camponesas foi amplamente abordada em estudos sócio-antropológicos sobre campesinato, destacando-se os trabalhos de Pierre Bourdieu (2006), Eric Wolf (1976), Queiroz (1972) e Ellen Woortmann (1995 e 1997). Trata-se de uma questão que apresenta como pano de fundo o problema já discutido em estudos clássicos sobre o tema, que consideram a questão da “falta de terra” para o crescente aumento da população camponesa. Para Eric Wolf (1976, p. 37), o processo de herança pode ser de “partilha da terra” ou “sem a partilha da terra”, no entanto, sempre implica na migração de camponeses.

Para John Cordell (apud DIEGUES e MOREIRA, 2001, p. 139), que aborda a organização social e territorial dos “beirados” (pescadores de beira de praia) da Bahia, o processo de marginalização social, sobretudo em relação à posse da terra, fez com que as áreas de mangue e lagoas rasas se tornassem “ponto de não retorno-refúgio”. Cordell também observou que as comunidades pesqueiras eram formadas predominantemente por populações negras excluídas das plantações do interior, processo semelhante ao ocorrido em São José do Norte e em Tavares.

Contudo, Cordell e também Castellucci Junior (2008) – que elucida essa questão através de análise histórica em Itaparica – BA na segunda metade do século XIX – se referem aos negros recém-libertos, que já se dedicavam à pesca no nordeste do Brasil. Nesse sentido, são processos diferentes se compararmos com o observado nesse artigo. Aqui, juntamente com os descendentes de açorianos, o movimento da agricultura em direção à pesca absorveu comunidades negras que se estabeleceram na região durante o período escravocrata e que viviam há séculos isoladas e exploradas no campo. Boa parte das narrativas dos pescadores acerca do tempo de fartura da pesca é antecedida pela trajetória familiar de dificuldades econômicas, em um quadro onde o litoral e a atividade pesqueira apresentam-se como lugar dos excluídos socialmente. Para as famílias que abandonavam o campo, a insegurança de uma longa espera pelos resultados da colheita é substituída pelo retorno imediato das

pescarias, não exatamente de dinheiro, mas tendo no peixe um alimento garantido. Assim, o litoral apresenta-se desta forma particular, como lugar-refúgio dos socialmente marginalizados, agregando os excluídos do campo e aqueles pescadores sem a posse dos instrumentos de trabalho e de um território de pesca. A praia, espaço de uso comum e ao mesmo tempo limiar entre a terra e o mar, consiste em um espaço-limite, no qual se misturam o isolamento espacial e o nomadismo dos excluídos socialmente, onde o ingresso na pesca de parselhas acontecia através do trabalho como proeiro.

A QUESTÃO DOS “TERRITÓRIOS SOCIAIS” E GRUPOS/POPULAÇÕES “TRADICIONAIS”

Dentre os vários entendimentos possíveis acerca da noção de grupos ou populações “tradicionais”, o conceito de “territórios sociais” sugerido por Paul Little (2002) abarca uma diversidade de grupos humanos que apresentam diferentes formas de apropriação do espaço, como jangadeiros, ribeirinhos, açorianos, ameríndios, afrodescendentes, caboclos, caiçaras (LITTLE, 2005). Esta apropriação do espaço pelas chamadas populações “tradicionais” baseia-se nas suas relações tanto com o ambiente biofísico, atravessado pela dimensão diacrônica e sincrônica, individual e coletiva, como pela metafísica, pela dinâmica visível e invisível que alinhavam os seus manejos – os seus esforços para manterem e transformarem os seus respectivos territórios.

Por outras palavras, a noção de território supera os limites físicos do espaço geométrico na medida em que apresenta a ordem da metafísica, da subjetividade, do virtual construídos pelos coletivos humanos. Tendo claro isto, pode-se conceber que as relações de trocas entre as pessoas não se restringem exclusivamente ao espaço e seu entorno, aos complexos geográficos contínuos, mas sim, a uma ampla extensão marcada pela visão holística de território, esse, por sua vez, formatado pela ordem da cosmologia (LADEIRA, 2004).

Se pensarmos esses grupos étnicos, sobretudo os afrodescendentes, – tanto em nível das políticas públicas quanto das próprias produções acadêmicas – há, frequentemente, um uso um tanto problemático da categoria. Isso ocorre na medida em que não só grupos com formações sócio-históricas muito diversificadas entre si são abarcadas por uma categoria que pode sugerir homogeneidade, como a atribuição dessa identidade é feita, muitas vezes, à revelia dos sujeitos imputados como tais (SALAINI e MELLO, 2009).

De modo geral, as comunidades negras rurais, também chamadas “terras de pretos” (e hoje enquadradas constitucionalmente como

comunidades remanescentes de quilombos), resultam de domínios doados, entregues ou adquiridos com ou sem formalização jurídica, a famílias de ex-escravos a partir da desagregação das grandes propriedades monocultoras. Consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida alternativos aos impostos pela escravidão ou aos arranjos pós-escravidão.

No Rio Grande do Sul, no processo desencadeado pela Lei de Terras de 1850, estabeleceu-se os fundamentos sociais do processo de distribuição de capital fundiário pelas diferentes etnias. Isso acabou territorializando algumas dessas etnias (as euro-descendentes) e tende a desterritorializar outras (ameríndias e afrodescendentes), provocando o desmantelamento de um espaço rural que tinha sido ocupado por população definida como “cabocla” (no sentido acusatório de mistura de indígenas e negros). A compreensão da correlação atual de forças entre comunidades negras e o mundo branco que as cerca se faz pela reconstrução desse “tempo social” exprimido entre a desagregação do escravismo e a consolidação de colônias alemãs e italianas na região, com a expulsão correlata dos antigos “ocupantes” (ANJOS e BAPTISTA DA SILVA, 2004).

Conforme mapeiam Salaini e Mello (2009), a produção bibliográfica sobre comunidades remanescentes de quilombos localizadas no estado do Rio Grande do Sul tem suscitado questões diretamente ligadas à maneira pela qual esses grupos se constituem enquanto sujeitos de direitos. Tal produção contempla as formas pelas quais os sujeitos da pesquisa “interpretam” o artigo 68 à luz das suas experiências. Chama a atenção o fato de que existem elementos comuns rememorados pelos membros das comunidades onde se realizaram algumas dessas pesquisas.

O território está na base dessas narrativas não apenas porque está, no presente, sob disputa, mas também – e principalmente – pelo fato de constituir o suporte da memória. Os eventos fundamentais na história dessas comunidades estão inscritos no território. Mais do que um espaço físico, ele é um palco de vivências que articula afetos, dramas, traumas e demais emoções (ANJOS e BAPTISTA DA SILVA, 2004). O território constitui uma instância de codificação, marcação e delineamento das relações de parentesco. Lembrar dos “antigos” envolve a referência às relações de parentesco, aos “corpos que circula[ra]m pelo território” (RUBERT 2007, p. 159), a reiteração das relações entre mortos e vivos (LEITE, 2004 apud SALAINI e MELLO, 2009), à definição da pertença e das fronteiras étnicas (ANJOS e BAPTISTA DA SILVA, 2004, p. 74).

Ao mesmo tempo, o “tempo dos antigos” só faz sentido se for referido ao espaço. Apontar para a “morada”, para as taperas, para riachos e lagos, antigas plantações, marcos, etc. é uma maneira de remeter as

reconfigurações da paisagem ao longo dos anos e à inscrição de eventos fundamentais em suas trajetórias históricas (SALAINI e MELLO, 2009).

Nesse aspecto, pode-se fazer menção às seguintes reivindicações: juntamente com este reconhecimento, o tema da identidade étnica envolve aspectos antropológicos e ambientais que permitem compreender como cada coletividade apresenta/vivencia elementos plurais e diversos em relação à sociedade envolvente, que são específicos do grupo a que pertencem.

PROCESSOS DE (DES-RE)TERRITORIALIZAÇÃO NA TERRA E NO MAR

No estuário da Lagoa dos Patos e na beira das praias do Atlântico, o modo de apropriação territorial foi sendo estabelecido por meio de relações de fronteiras porosas entre indivíduos, em um processo histórico de contatos com os pescadores portugueses e catarinenses⁴. Nessa relação, que remete também à penetração do mercado da pesca, fica clara uma estratégia de incorporação do que é exterior, sobretudo através de alianças matrimoniais envolvendo os pescadores de outras localidades com as mulheres nativas. No entanto, também se estabelecem relações de aliança simbólica de parentesco, sobretudo no trabalho dos barcos e botes/canoa, mas principalmente entre os embarcados, quando ocorre um convívio prolongado por conta dos vários dias de mar.

Trata-se de uma forma de lidar com a instabilidade vivida por esses grupos, em rearticulação constante. Particularmente, frente aos riscos de trabalhar em ambiente instável como o mar e, de forma mais ampla, aos riscos de não-duração no tempo, da impossibilidade de sua reprodução social em face de processos de injunções de mudança.

A noção de risco que adquire a configuração local nasce do encontro com a perspectiva das sociedades urbano-industriais, portadoras de uma racionalidade institucional que desordena as formas tradicionais, as quais se apoiavam em certezas anteriores. Segundo Beck, Giddens e Lash, (1997), o risco revela as contradições de determinado sistema, de uma ordem, o que se constitui em colocar em risco essa própria ordem. De acordo com tal perspectiva, a noção de globalização do risco não se reduz à preocupação com o ambiente biofísico, mas envolve também processos de alteração dos cenários local e mundial.

⁴ A atividade pesqueira na região origina-se de um processo complexo de transformações, a partir do qual historicamente foram ocorrendo estratégias de integração e difusão cultural entre povos indígenas, os primeiros imigrantes açorianos que se estabeleceram na região em fins do século XVIII, os fluxos migratórios de pescadores de Póvoa do Varzim, de populações negras rurais e de pescadores oriundos do estado de Santa Catarina (ADOMILLI, 2006 e 2007).

Na perspectiva de Beck, Giddens e Lash (1997), o reordenamento político da vida social a nível local acontece principalmente em torno da noção de “confiança”, no sentido de uma interdependência econômica e social, conectada ao mundo global. Problemas ambientais, relações de mercado e conflitos territoriais entre os pescadores enquanto uma dinâmica tensional do contato e da transformação no mundo moderno se articula, de uma forma ou de outra, à configuração local das relações de solidariedade, baseada nas alianças simbólicas de parentesco que envolve tais grupos.

Nesse sentido, pude identificar práticas tradicionais solidárias baseadas em laços de parentesco e afinidade. Elas estendem-se, por exemplo, ao processo de distribuição do peixe, que no passado ocorria na beira da praia ou da lagoa, através da pesca de pares de botes/canoas, mas que hoje se mantém através dos barcos. Nesse sentido, observa-se o movimento de desordem e de tentativas de um realinhamento por parte dos pescadores locais, baseado em um padrão que se mantém sob certos limites, frente a novos contextos.

Assim, à situação de desordenamento da regra de respeito aos espaços de pesca na lagoa e no oceano se contrapõem parcerias entre embarcações de determinados grupos de pescadores, que agora reforçam os laços e solidarização durante as pescarias. No mar, ocorrem situações semelhantes. São, portanto, formas que obedecem às relações de afinidade, que são construídas e se articulam com a vida social em terra.

A TECNOLOGIA, O PROBLEMA DE “VARRER O CHÃO” E DAS ÁREAS MORTAS

Peixes costeiros como o bagre, a tainha e a corvina, entre outros, são considerados pelos pescadores por sua grande mobilidade, uma vez que “vêm fazer o curso”, ou seja, deslocam-se em “mantas” (cardumes) vindos da costa do oceano e adentram o estuário da Lagoa dos Patos para desovar. Segundo os pescadores, as corvinas e tainhas, quando adultas, deslocam-se a grandes distâncias ao longo do litoral. Pescadores de várias regiões da costa brasileira fazem referência à “corrida da tainha”, que ocorre do sul em direção ao norte. Já a corvina realiza movimento contrário, – vem do norte em direção ao sul. Em sua rota ao longo da costa, esses peixes são capturados tanto por pescadores artesanais (de beira de praia e de botes/canoas), quanto por barcos de emalhe e por traineiras e arrasteiros.

Atualmente os peixes são capturados longe da costa e no fundo, portanto não são mais visíveis como no passado. No caso dos barcos, perdeu-se o referencial da paisagem costeira como marcação de territórios.

Para encontrar os cardumes, utilizam-se ecossondas inclusive na lagoa. Contudo, inovações tecnológicas, como ecossondas e outros aparelhos, não significam exatamente uma perda do conhecimento dos mestres acerca da localização dos cardumes e do ambiente marítimo. Ao contrário, apontam para a necessidade de certo conhecimento e capacidade náutica, a fim de prever o comportamento dos peixes e os lugares que existem no fundo do mar, antecipando-se aos deslocamentos de determinadas espécies. Isso acontece mediado pelos aparelhos modernos, porém, no caso dos barcos de emalhe, estes não são tão precisos como se poderia supor, sendo necessário aliar o domínio técnico ao conhecimento marítimo.

O contexto de sobrepesca que afeta tanto a Lagoa dos Patos como a zona costeira da porção meridional do Oceano Atlântico é considerado pelos pescadores como uma ação constante de captura, no qual os peixes não têm tempo para se recuperar do impacto das pescarias.

Nas narrativas dos pescadores de São Jose do Norte, a vida no fundo da lagoa e do oceano é comparada ao pó que se forma no interior de uma casa. Frequentemente havia essa associação dos peixes à poeira e a ação dos barcos, sobretudo ao arrasto, à “limpeza”, “varredura” da poeira. Nesse sentido, a “classificação da matéria” (DOUGLAS, 1992, p. 50) está ligada ao ato de “limpeza” referido por alguns pescadores e que consiste em uma ação de destruição e, portanto, de risco de empobrecimento e esterilidade da vida que se forma no fundo do mar.

Se há um risco de destruição, é a partir da desordem causada pela “limpeza” que os barcos promovem no fundo do mar. Essa situação encontra-se a braços com a questão da poluição relativa ao “aumento da aparelhagem”, expressão também recorrente entre os pescadores, que atribuem as dificuldades vividas com as pescarias à ação da frota de barcos industriais, sobretudo das traineiras, que apresentam um grande desperdício no descarte nas capturas.

O desaparecimento da miragaia também é atribuído à ação da frota de barcos industriais. Este peixe era tradicionalmente capturado na região. Dificilmente os velhos pescadores deixam de falar na miragaia, quando o assunto gira em torno das pescarias do passado. Assim como o bagre e a tainha, a miragaia é um peixe que simboliza o “tempo da fartura”. Alguns pescadores chamam a atenção para o fato de que a miragaia é atualmente desconhecida das gerações mais novas, que não sabem identificar sequer o “borriquete”, que é o filhote desta espécie. Tal situação torna ainda mais aguda a dimensão dos conflitos territoriais, uma vez que a traineira é acusada pelos pescadores de matar o peixe que poderia ser aproveitado tanto pelos barcos de emalhe quanto pelos botes/canoas.

Esta questão remete ao problema do descarte das espécies capturadas. Embora essa ação seja realizada em grandes proporções pelas traineiras, também envolve ações de barcos de emalhe e fazem parte das

explicações sobre o “desaparecimento” das espécies, como ilustram os pescadores de botes e canoas a se referirem à falta de peixes na lagoa.

Um mestre de barco disse que não jogava no mar as vísceras dos peixes que capturava, porque os outros peixes não passariam mais ali. Indaguei-lhe porque o peixe não passava mais e ele deu a seguinte resposta: “Se tu pega uma estrada e tem um cara morto ali, tu vai voltar a passar por ali? Claro que não! E o peixe é a mesma coisa! Onde ele viu que tem peixe morto, ele não passa mais!”.

As noções de poluição desenvolvidas por Mary Douglas (1992) demonstram como a noção de sujeira, de poluição ritual pode ser usada para pensar o risco para a ordem social. Certas áreas de pesca são consideradas “territórios mortos”, onde foram jogadas muitas vísceras e restos de peixes. Segundo os pescadores, um desses locais encontra-se maritidamente próximo ao farol de Mostardas, algumas milhas ao norte. Nesse local, outrora considerado um pesqueiro, ou seja, lugar onde frequentemente se encontravam peixes, uma traineira capturou toneladas de pescado e fez o descarte ali mesmo. O local tornou-se uma “área morta”, “não dá mais peixe, só tem lama e resto”. O aumento dessas “áreas mortas” no oceano diz respeito a lugares que passam a ser evitados pelos mestres dos barcos. A atuação das traineiras na costa, descartando grande quantidade de pescado, faz com que os mestres se distanciem cada vez mais do que eles consideram como zonas “poluídas”, ampliando a territorialidade da prática e aumentando perigos e desgastes de toda ordem.

Ao expor a movimentação crescente dos barcos na busca dos cardumes, as despesas com o óleo e outras dificuldades relacionadas ao contexto de crise na pesca, os relatos versavam sobre os deslocamentos no espaço marítimo, identificando os pesqueiros e os “espaços da morte”. Segundo os pescadores embarcados, nesses espaços da morte encontra-se também a “barata do mar”, parasita indesejado, criados nessas “zonas mortas”, que rapidamente consome os peixes capturados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: práticas de autocontrole, impasses e reconversões culturais

Os impasses determinados tanto pelas mudanças sistemáticas advindas do processo de industrialização pesqueira em suas consequências predatórias, quanto pela gama de fatores advindos dos impactos ambientais que afetam o patrimônio marítimo, e por fim, considerando as transformações nas formas de vida do mundo moderno com novas demandas de consumo e sentidos, designam os níveis de complexidade dessas modificações estruturais. No caso dessas comunidades, são

perceptíveis cenários de conflitos que repercutem no fluxo da existência, no qual as práticas de autocontrole e de solidariedade estão ligadas, entre outras coisas, à relação e aos limites entre a condição de vulnerabilidade desses grupos e suas estratégias de sobrevivência. Podemos elencar várias questões relativas às práticas de autocontrole local, que pode ser vistas aqui enquanto um padrão em mutação, no qual as condições adversas do ambiente marítimo – tais como viver durante semanas no ambiente diminuto dos barcos e suportar o enjoo relativo ao seu balanço do barco, da diferente temporalidade relativa a viver entre dois meios: a terra e o mar, dos riscos de naufrágios, de desestabilização da vida familiar, do desemprego e das adaptações às inovações tecnológicas – são narradas pelos pescadores dentro do universo das trajetórias de vida, revelando uma passagem, em poucas gerações, de experiências oriundas de práticas agrícolas, para as pescarias em beira de praia, para o ambiente estuarino da Lagoa dos Patos, e posteriormente para a pesca barra afora, em mar costeiro e mar aberto.

A difusão de interpretações, ou seja, da circularidade de ideias no mundo global, acentua a percepção dos pescadores acerca de sua situação de risco e vulnerabilidade. Nesse sentido, as estratégias de continuidade no tempo, estão ligadas a uma configuração sociocultural específica, que se encontra em constante reelaboração, sobretudo no que se refere às tentativas de administração desses riscos e conflitos, através de práticas de autocontrole dos pescadores em um contexto de uma territorialidade marítima ligada à dinamicidade do seu modo de vida.

Os deslocamentos incessantes, intervenções e ocupações orientam-se para a sobrevivência do modo de vida desses grupos em seus movimentos sazonais, com referência aos períodos de estações climáticas, conjugados à organização social, onde a relação com o ambiente biofísico está imbricada às práticas socioculturais. A ocupação e intervenção a partir do usufruto ou posse de determinados espaços implicam uma valorização sobre determinado território, com referência ao conhecimento do ambiente por parte dos pescadores, abrangendo tanto aspectos ecológicos e econômicos, quanto de ordenação simbólica e metafísica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADOMILLI, Gianpaolo K. Interações e representações em relação à apropriação social dos recursos naturais: o caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe – RS. In: OS COMUNS NA ERA DE TRANSIÇÃO GLOBAL: DESAFIOS, RISCOS E OPORTUNIDADES, 2004, Oaxaca: Anais eletrônicos,

2004. Disponível em: <http://www.ibcperu.org/doc/isis/5297.pdf>. Acesso em: 26 out 2011.

_____. **Terra e Mar, do viver e do trabalhar na pesca marítima: tempo, espaço e ambiente junto a pescadores de São José do Norte – RS.** 2007. Tese (Doutorado em Antropologia) – PPGAS–UFRGS, [2007].

_____. Tempo e espaço: considerações sobre o modo de vida dos pescadores do Parque Nacional da lagoa do Peixe – RS em um contexto de conflito ambiental. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 1, p. 05–22, 2006.

_____. Arte de pescar, arte de narrar: notas etnográficas sobre a dimensão cultural do trabalho em uma comunidade pesqueira. **Revista MétiS**, Caxias do Sul, v. 8, n. 16, 2009.

ADOMILLI, Gianpaolo A. et al. **Povos e Coletivos Pesqueiros: estudos etnográficos e perspectivas socioantropológicas sobre o viver e o trabalhar.** Rio Grande: Editora Furg, 2012.

ANJOS, José C. G. dos; BAPTISTA da SILVA, Sergio (Org.). **São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.** São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologie de l'Algerie.** Paris: PUF, 1958.

_____. O camponês e seu corpo. **Revista de Sociologia e Política**, n. 26, p. 83–92, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n26/a07n26.pdf>. Acesso em: 31 ago 2013.

BUNSE, Heinrich A. W. **São José do Norte: aspectos lingüísticos–etnográficos do antigo município.** Porto Alegre: Globo, 1982.

CASTELLUCCI Jr. **Pescadores e roceiros: escravos e forros em Itaparica na segunda metade do século XIX (1860–1888).** Salvador: Fapesb/Anablume, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática, 1983. (Série Ensaios, v. 93).

ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. As cebolas, os peixes e os camarões: dinâmica cultural das práticas de trabalho e processos de territorialização de pescadores do litoral sul do RS. **Tessituras**, Pelotas, v. 4, n. 1, p. 259–279, jan./jun. 2016.

----- **Povos e Mares: leituras em sócio-antropologia marítima.** São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana; MOREIRA, André de Castro (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo: NUPAUB-USP, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo S. V. (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do meio Ambiente, 2001. (Série Biodiversidade, 4).

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo.** Lisboa: Edições 70, 1992.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

IHERING, Hermann V. **A lagoa dos Patos no século XIX.** Rio Grande: Ed. Ecociencia, 2003.

KERN, Arno. A. **Antecedentes Indígenas.** Porto Alegre: Editora da universidade/UFRGS, 1994.

LADEIRA, Maria Inês. **Terras Guarani no Litoral.** São Paulo: CTI, 2004.

LIMA, R. Kant de. PEREIRA, L. **Pescadores de Itaipu.** Rio de Janeiro: EDUFF, 1987.

LITTLE, Paul E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **Tellus**, Campo Grande, v. 2, n. 3, p. 33-52, 2002.

----- **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, v. 2003, p. 251-290, 2005.

MARTINS, C. A. A. No trabalho dos pescadores artesanais a Lagoa dos Patos vive e dá vida. **Scripta Nova**, Barcelona, v. VI, p. 1-20, 2002.

ORLANDO, A. M.; RODRIGUES, JR. G.; SILVA, J. C. R. da. **A evolução da atividade pesqueira na região estuarina da Lagoa dos Patos.** 1989. (Não publicado).

ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. As cebolas, os peixes e os camarões: dinâmica cultural das práticas de trabalho e processos de territorialização de pescadores do litoral sul do RS. **Tessituras**, Pelotas, v. 4, n. 1, p. 259-279, jan./jun. 2016.

_____. **Alguns aspectos da pesca do camarão no estuário da Lagoa dos Patos, Rio Grande do Sul, Brasil.** CIRM –FURG, 1988 (Não-publicado).

NIEDERLE, P. A.; GRISA, C. Transformações sócio–produtivas na pesca artesanal do estuário da Lagoa dos Patos RS. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 16, 2006.

PRADO, Simone M. **Da anchova ao salário mínimo: uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo.** Niterói: Ed. UFF, 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura de Pereira. **O campesinato brasileiro.** Petrópolis: Vozes, 1972.

RIAL, Carmem S. **Mar de Dentro: a transformação do Espaço Social na Lagoa da Conceição.** 1988. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS–UFRGS, Porto Alegre, [1988].

RODRIGUES JUNIOR, G.; ORLANDO, A. M.; RUANO DA SILVA, Julio Cesar. A evolução da atividade pesqueira na região estuarina da Lagoa dos Patos. In: DIEGUES, Antônio Carlos Sant’Ana (Org.). **Pesca artesanal: tradição e modernidade.** São Paulo: IOUSP; Fundação Ford; UICN, 1989. p. 325–330.

RUBERT, Rosane Aparecida. **A Construção da Territorialidade: um estudo sobre as comunidades negras rurais da Região Central do RS.** 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, [2007].

SALAINI, Cristian Jobi; MELLO, Marcelo de Moura. Seguindo as pegadas do quilombo pelos caminhos da memória, da identidade e da etnicidade. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 7. 2009, Buenos Aires. Anais... Buenos Aires: [s. n.], 2009.

WOLF, Eric. R. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste.** São Paulo: Hucitec, 1995.

WOORTMANN, Ellen. **O trabalho da terra: a lógica simbólica da lavoura camponesa.** Brasília: Editora UNB, 1997.

ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. As cebolas, os peixes e os camarões: dinâmica cultural das práticas de trabalho e processos de territorialização de pescadores do litoral sul do RS. **Tessituras**, Pelotas, v. 4, n. 1, p. 259–279, jan./jun. 2016.

AUTOR

Gianpaolo Knoller Adomilli

Professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, vinculado ao Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI. Possui bacharelado em Ciências Sociais (2001) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, mestrado (2003) e doutorado (2007) em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. E-mail: giansatolep@gmail.com.

Recebido em: 17/07/2016.

Aprovado em: 08/08/2016.

Publicado em: 10/12/2016.